



Uma abordagem gramsciana da práxis dos jesuítas como intelectuais no Brasil colonial

Fábio Inácio Pereira^{1*} e Peri Mesquida²

¹Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Av. Duque de Caxias, 1020, 87020-025, Maringá, Paraná, Brasil. ²Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: fabio.inacio@pucpr.br

RESUMO. O presente trabalho pretende refletir sobre a ação do intelectual jesuíta, na perspectiva de Manuel da Nobrega, à luz do conceito de 'intelectuais' de Antonio Gramsci. Parte-se do pressuposto de que os padres jesuítas, como intelectuais orgânicos, foram determinantes para a concretização da hegemonia colonizadora portuguesa. Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados: os *Cadernos do cárcere* de Antonio Gramsci, para discutir o conceito de intelectuais e a sua função orgânica nos grupos hegemônicos; e as *Cartas do Brasil* de Manuel da Nobrega, que expressou o compromisso do intelectual educador jesuíta com a política educacional da Coroa portuguesa no Brasil. Os textos foram interpretados criticamente e com foco na compreensão do papel que os jesuítas exerceram na formação de quadros a serviço da manutenção da hegemonia. A catequese e a formação indígenas, assim como a de quadros entre os filhos dos colonos, atenderam relativamente aos interesses de formação dos setores fundamentais da hegemonia colonial. Nos colégios, os filhos dos colonos compunham os setores dominantes da sociedade colonial, pois se formavam como intelectuais que ocupariam funções de quadros especializados da Companhia e, também, na administração em favor dos próprios interesses da Coroa para manter a cultura portuguesa.

Palavras-chave: educação, Antonio Gramsci, jesuítas, colonização, intelectuais.

A gramscian approach to the jesuits' practice as intellectuals in colonial Brazil

ABSTRACT. This study aims to reflect on the action of the Jesuit intellectual, from the perspective of Manuel da Nobrega, under the concept of 'intellectuals' by Antonio Gramsci. It starts from the assumption that Jesuit priests, as organic intellectuals, were crucial to the achievement of the Portuguese colonial hegemony. To achieve the proposed goal, the following sources were used: the Antonio Gramsci's *Prison notebooks* to discuss the concept of intellectuals and their organic role in hegemonic groups; and *Brazil's Letters* by Manuel da Nobrega, who expressed the commitment of the Jesuit intellectual educator to the educational policy of the Portuguese Crown in Brazil. The texts were interpreted critically and focused on understanding the role that Jesuits exercised in the formation of boards at service of hegemony maintenance. Catechesis and indigenous formation, as well as the boards among the settler's children, have relatively met the interests of formation of key sectors of colonial hegemony. In schools, settler's children composed the dominant sectors of colonial society, since they were graduated as intellectuals who would occupy functions of specialized boards of the Company and, also, in the administration in favor of the interests of the Crown to maintain the Portuguese culture.

Keywords: education, Antonio Gramsci, jesuits, colonization, intellectuals.

Un abordaje gramsciano de la praxis de los jesuitas como intelectuales en el Brasil colonial

RESUMEN. El presente trabajo pretende reflexionar sobre la acción del intelectual jesuita, en la perspectiva de Manuel da Nobrega, a la luz del concepto de 'intelectuales' de Antonio Gramsci. Se parte de la suposición de que los padres jesuitas, como intelectuales orgánicos, fueron determinantes para la concreción de la hegemonía colonizadora portuguesa. Para alcanzar el objetivo propuesto fueron utilizados: los *Cuadernos del cárcel* de Antonio Gramsci, para discutir el concepto de intelectuales y su función orgánica en los grupos hegemónicos; y las *Cartas do Brasil* de Manuel da Nobrega, que expresó el compromiso del intelectual educador jesuita con la política educacional de la Corona portuguesa en Brasil. Los textos fueron interpretados críticamente y con el enfoque en la comprensión del papel que los jesuitas ejercieron en la formación de cuadros a servicio del mantenimiento de la hegemonía. La catequesis y la formación indígenas, así como la de cuadros entre los hijos de los colonos, atendieron relativamente a los intereses de formación de los sectores fundamentales de la hegemonía colonial. En los colegios, los hijos de los colonos

hacían parte de los sectores dominantes de la sociedad colonial, pues se graduaban como intelectuales que ocuparían funciones de cuadros especializados de la Compañía y, también, en la administración a favor de los propios intereses de la Corona para mantener la cultura portuguesa.

Palabras-clave: educação, Antonio Gramsci, jesuitas, colonização, intelectuais.

Introdução

O período histórico que compreende o processo de colonização e a consolidação das capitanias hereditárias constitui a fase da história da educação brasileira em que à Companhia de Jesus¹ (1549-1759) coube a tarefa pedagógica de catequizar índios e educar colonos em terras brasileiras. Conforme Mesquida (2013), a escola foi o lugar significativo onde se efetivava a vocação missionária da Companhia. As suas atividades poderiam ser resumidas em esforços de catequização de indígenas e propagação da instrução, conforme a política colonizadora portuguesa. Em última instância, promover, pela educação, a adesão à cultura portuguesa (Paiva, 2000a), a fim de seguir os objetivos do projeto português de exploração para o Brasil.

O pressuposto de que se parte, neste artigo, é o de que a educação não é um fenômeno independente e autônomo da realidade social de determinado momento histórico. A rigor, pode assumir diversas formas, constituindo-se meio para a construção de hegemonia; assim, propomos realizar uma reflexão sobre a práxis educativa dos jesuítas vistos, com base em Gramsci, como intelectuais, tendo em conta o desenvolvimento social e produtivo da época colonial. O que se pretende confirmar é que, na construção da hegemonia, o papel dos jesuítas como intelectuais foi fundamental para a efetivação da presença portuguesa no Brasil e para a manutenção do Império Português neste território Ibero-americano, conforme os moldes da cultura portuguesa.

Escravidão e educação na sociedade colonial

Para alcançarmos a compreensão da vinculação concreta entre educação e política colonizadora, o estudo da problemática educacional nos anos de colonização, em particular entre 1549 e 1759, precisa considerar o processo em que a história brasileira foi sendo construída, desde a ocupação do território pelos portugueses, a concepção política presente em seu projeto colonizador, os desdobramentos econômicos do seu empreendimento e os vínculos estabelecidos entre a Coroa e o seu principal agente

no conjunto dessa dinâmica participação: a Companhia de Jesus.

A construção do território brasileiro em colônia portuguesa insere-se na dinâmica do mercantilismo europeu a partir do século XV. Como em outros continentes e partes do mundo, o sistema que promovia a submissão e a exploração estabelecia um monopólio do comércio efetivado pela Metrópole na Colônia. A ordem social, política e econômica estabelecia vínculos de relação em que a dinâmica colonial – periférica – tinha que abastecer o mercado metropolitano – central.

O sistema colonial como projeto de imposição de meios para a criação de uma relação de dependência, que gerasse riquezas para a economia central, precisava articular a subordinação e estabelecer a hegemonia. Ela foi construída sob a base da submissão dos povos indígenas pelo consenso e, na impossibilidade da efetivação deste, pela força. Neste sentido, as atividades da Companhia de Jesus foram estratégicas para a manutenção do sistema colonial português no Brasil².

Para os interesses econômicos, a escravização dos índios, exercida no primeiro momento da colonização, respondeu às demandas por mão-de-obra que, posteriormente, foi sendo substituída pela de escravos africanos. Com a implantação dos latifúndios açucareiros, de tabaco e algodão, multiplicaram-se as perspectivas de lucro, tornando necessária a ampliação da oferta de mão-de-obra. Apesar de apresentar discordância com a escravização dos índios, a Igreja, por meio da Companhia, constituiu-se num braço com função essencial no processo colonizador, pelo papel educacional estabelecido com esse setor da sociedade e com os futuros dirigentes.

Assim, pode-se afirmar que o empreendimento político e econômico da colonização teve, no âmbito educacional, o protagonismo dos padres jesuítas, os intelectuais mais ativos no desenvolvimento cultural da sociedade brasileira. Como missionários, ‘soldados’³ de uma causa religiosa, mas, também,

² Sobre o tema ver, em especial: Celso Furtado (2002), em: *Formação econômica do Brasil*; Eglídio Schmitz (1994), em: *Os jesuítas e a educação: a filosofia educacional da Companhia de Jesus*; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), em: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*; Theotônio dos Santos (2000), em: *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*; e Peri Mesquida (2013), em *Catequizadores de Índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum*.

³ Ao nos referirmos aos jesuítas como ‘soldados’ de Cristo, nos preocupamos em colocar soldados entre aspas. Na realidade, a expressão ‘soldados’ de Cristo é discutida, entre outros autores, por Jean Lacouture: “Inácio, Favre, Codure

¹ A ordem religiosa foi fundada em 1534 por jovens estudantes da Universidade de Paris, sob a liderança de Inácio de Loyola.

política, eles respondiam à vocação de servir à causa da Igreja Católica Romana no movimento da Contrarreforma, já iniciado com a criação da *Societas Jesus* (Companhia de Jesus) e tornado oficial pelo Concílio de Trento (1545-1563) no governo do Papa Paulo III.

A função social do intelectual

A preocupação de Antonio Gramsci⁴ com a questão dos intelectuais tem a sua elaboração mais completa no caderno 12, no sexto ano do cárcere, em 1932. O seu escrito sobre o tema constava do programa de estudos que havia revelado à Tatiana Schucht, sua cunhada, em março de 1927. Os *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, título dado aos escritos pelo intelectual sardo, constituiria uma das maiores contribuições no campo do marxismo, para a questão dos intelectuais como parte estratégica da luta revolucionária e também contrarrevolucionária.

Ao lado da sua preocupação com a filosofia da práxis, o estudo sobre os intelectuais se tornou tema fundamental na compreensão do modo como, em uma determinada sociedade, se organizam e se justificam as práticas sociais. E, de modo original, a compreensão de como a criação e manutenção de um senso comum, por uma certa categoria de intelectuais, vinculados aos interesses dos setores dominantes, pode ser fundamental para a manutenção da hegemonia, isto é, a combinação de “[...] força e consenso para a direção intelectual e moral”, como relação entre ‘direção’ e ‘domínio’ (Gramsci, 1975, p. 41, 58-59).

O engajamento político de Gramsci, na luta revolucionária e suas possibilidades na Itália, o levaram a eleger este como um tema importante, e apesar das condições que lhe foram impostas pelo regime fascista, elaborou seus escritos sobre a história dos intelectuais. Ou, conforme Manacorda (1990), elaborou uma criptografia que esboça sua

concepção de educação. Assim, o tratamento que dispensou ao tema precisa ser compreendido desde o contexto da história italiana e a sua perspectiva de construção de uma nova hegemonia: a comunista. A perspectiva política dos temas e o tratamento possível que eles receberam explica-se no limite das influências da própria história italiana e, de modo mais geral, do movimento comunista internacional.

Um dos exemplos mais significativos de sua inserção na história italiana encontra-se em seu texto sobre a questão meridional. Nesse escrito, que ficou interrompido em 1926, quando foi preso, ele faz reflexões sobre as estruturas e origens das camadas intelectuais, a partir da relação cidade/campo e as alianças de classe ocorridas no início do século na Itália, ocasião em que, pela primeira vez, apresentou um elaborado tratamento sobre os intelectuais, definindo seu papel na construção do ‘bloco histórico’ e na hegemonia (Macciocchi, 1976).

É no ensaio sobre *A Questão Meridional* que apresenta o intelectual como aquele que ocupa uma posição e um papel fundamental entre a estrutura econômica e as superestruturas, no caso, do bloco agrário reacionário, no qual afirma: “O camponês meridional liga-se ao grande proprietário rural através do intelectual. [...] através de composições e decomposições dos partidos locais, [...] são controlados pelos grandes proprietários e por seus homens de confiança” (Gramsci, 2004a, p. 426).

Como se vê, a noção de intelectual não se encontra nas atividades ou em seus atributos, ou seja, no fato de exercer atividades intelectuais, mas no papel ou na função que exerce na sociedade. Em outras palavras, é na integração com o conjunto de relações sociais existentes em uma determinada sociedade que se encontra, na visão de Gramsci, a explicação do que seja o intelectual.

1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]

2) Todo grupo social ‘essencial’, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (Gramsci, 2004b, p. 15-16, grifo do autor).

redigem um documento a ser apresentado ao Papa, cuja aprovação é a única que pode conferir existência oficial à organização. Será a *Prima Societatis Jesu instituti summa*. Duas palavras chamam nossa atenção: *Societatis*, em primeiro lugar. Por que traduzir esse vocábulo pacífico no sentido militar de ‘Companhia’? Há quatro séculos, os seus membros opõem a sua assinatura as duas letras S. J., a primeira das quais se refere à ‘sociedade’. Será porque a maioria dos fundadores pensava em espanhol e tinha em mente a palavra *compañia*, que não possui equivalente em latim, e teve de adotar *societas*? Se quisessem revestir de um sentido ‘militar’ a palavra *legio*, não seria mais apropriada?” (Lacouture, 1994, p. 103, grifos do autor). Sim, poderia ser, mas *legio* indicaria também as ‘legiões’ romanas que nada teriam a ver com os jesuítas. Por isso, *societas* indica, também, uma organização de ação, de luta em favor de uma causa. Seguimos, ainda, dois estudiosos da Companhia de Jesus: a densa obra sobre os jesuítas de Francisco Rodrigues (1931), *História da Companhia de Jesus na resistência de Portugal*, em seus dois volumes; e Luiz Felipe Baêta-Neves (1978) no livro *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*.

⁴ Antonio Gramsci (1891-1937), intelectual militante italiano, foi condenado e preso pelo Tribunal Especial Fascista, quando era deputado pelo Partido Comunista italiano. No cárcere, escreveu sua obra não sistematizada em 33 cadernos que depois ficou conhecida como *Quaderni del Carcere*, hoje traduzida para o português. Escreveu também *Lectere del Carcere*, cartas endereçadas em especial à sua esposa e sua cunhada.

Em uma perspectiva sociológica, Gramsci compreende que os intelectuais possuem uma função social de porta-voz dos grupos ligados ao mundo da produção. Assim, como representante da hegemonia ou do 'bloco histórico' no poder, realiza ou articula atividades que asseguram o consenso ideológico da massa em torno dos setores dominantes. Eles "[...] são os 'prepostos' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político" (Gramsci, 2004b, p. 18, grifo do autor).

A sua função orgânica é importante no processo da reprodução social, na medida em que ocupam espaços sociais de decisões práticas e teóricas, tornando-os objeto de longa análise nos *Cadernos do cárcere*; que trazem como ponto base dos intelectuais o trabalho pela formação de uma nova cultura, que pode ser compreendida como uma contra-hegemonia e que tem como objetivo final as lutas organizativas no seu momento histórico e social.

Na categoria dos intelectuais tradicionais, Gramsci identifica os intelectuais do clero. Na formação da complexa relação social do período, evidencia-se a ligação entre Igreja e Estado, em cuja oportunidade apresentou o problema da expropriação e manutenção de propriedades e as funções de apoio que tiveram na hegemonia do bloco agrário. A questão é retomada nos *Cadernos do cárcere*, nos quais trata das categorias intelectuais, e a considera como a mais 'típica destas categorias intelectuais'; os eclesiais, ao longo da história, "[...] monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc" (Gramsci, 2004b, p. 16).

Os jesuítas, vistos como intelectuais, então, na perspectiva desenvolvida por Gramsci, são responsáveis pela continuidade da ortodoxia católica. Conforme destacou Antonio Tavares de Jesus (1989, p. 69), "[...] esses intelectuais são tradicionais em relação a um novo bloco histórico, onde não estão ligados organicamente à nova classe dominante, mas preexistem a ela e ao novo modo de produção".

Os colonizadores tornaram os jesuítas seus intelectuais orgânicos, ou seja, utilizaram-nos no sentido dos interesses de sua organização hegemônica.

A práxis pedagógica do jesuíta como intelectual

A proposta de atuação na educação da Companhia organizava-se em torno dos princípios estabelecidos por Inácio de Loyola⁵. Uma filosofia

educacional que trazia referenciais de um humanismo cristão para a educação integral, fundada, em especial, na *Summa Theologica* de Thomas de Aquino. Assim, pode-se afirmar que se o trabalho nos colégios era um meio para esse objetivo, a missão dos jesuítas era direcionada para um fim mais abrangente de atuação, que girava em torno do despertar e/ou de manter a fé católica.

Na Europa, desde 1540, eram formados colégios anexos às universidades, que funcionavam mais como internatos, com o objetivo de levar adiante o apostolado da Companhia. No primeiro momento, os colégios tinham uma função interna, ou seja, formar os próprios membros, mas, por decisão de Inácio de Loyola, também deveriam atender alunos externos, membros da comunidade (Schmitz, 1994).

A Companhia passava a cumprir um importante papel na formação de membros da comunidade, exercendo, de modo direto e indireto, influência nos rumos políticos e econômicos por onde se estabelecia.

Com a chegada dos jesuítas ao Brasil, em 1549, foram criadas escolas para o ensino, segundo o acordo com a Coroa e, por extensão, atividades missionárias junto aos índios. Em sua primeira carta endereçada ao padre Simão Rodrigues de Azevedo⁶, o padre Manuel da Nobrega⁷ (1517-1570) afirma pregar para o governador e os seus, os dirigentes do povoado, enquanto o padre Navarro⁸ ensinava aos da terra. Nas ações desses intelectuais, compreendidos como agentes de uma práxis vinculada ao projeto colonizador, encontram-se as evidências do seu engajamento e compromisso na construção da *orbis christianus*, do qual se faziam sempre vigilantes às ordens do Papa e também do Rei (Paiva, 2000b). A rigor, tanto os seis religiosos da Companhia de Jesus que iniciaram as atividades da *Societatis Iesu* no Brasil quanto os que os sucederam nos 210 anos de atividade ininterruptas em nossa terra, dedicaram-se à ação pedagógica, seja pela educação formal, seja informal, por meio da catequese.

Manuel da Nobrega era membro da Companhia de Jesus e foi o chefe da primeira missão jesuítica em terras brasileiras. Ele e outros cinco clérigos jesuítas chegaram em 1549 na embarcação de Thomé de Sousa, primeiro governador do Brasil, e fundaram

Pierre Favre e outros cinco jovens estudantes da Universidade de Paris. A criação da *Prima Societatis Iesu Instituti summa*, em 1537, deu-se na Igreja de Santa Maria em Montmartre.

⁶ Simão Rodrigues de Azevedo nasceu em Vouzela, em 1510, e faleceu em Lisboa, em 1579, companheiro de Inácio de Loyola na fundação da Companhia de Jesus e, posteriormente, iniciador da Ordem em Portugal.

⁷ Manuel da Nobrega nasceu no Alijó, Portugal, em 1517, e morreu em 1570, no Rio de Janeiro. Foi o primeiro Provincial com a fundação da província jesuítica brasileira em 1553.

⁸ Religioso da Companhia de Jesus que veio com a missão em 1549, foi o primeiro padre a aprender a língua tupi, exercendo importante trabalho como intérprete.

⁵ Inácio de Loyola nasceu em Itágoa, em 1491, e faleceu em Roma, em 1556. Foi o fundador da Companhia de Jesus, juntamente com Francisco Xavier,

suas residências primeiramente na Capitania de São Vicente. Com Nóbrega e os demais padres, assentam-se, imediatamente à sua chegada, os alicerces de um sistema educacional que se constituiria num dos elementos mais importantes do processo colonizador português.

Como intelectuais, formaram um grupo social, com funções essenciais definidas no mundo econômico, político e social (Gramsci, 2004b), no processo civilizatório português em terras brasileiras. A contribuição trazida pelos jesuítas, por meio das letras, confirmava o processo de formação da sociedade que se estava a implantar, ou seja, da continuidade nestas terras da cultura centrada na hierarquia e nos demais valores culturais transplantados (Paiva, 2000a).

As atividades desenvolvidas junto aos índios e entre setores dominantes na sociedade colonial evidenciaram a força missionária da Companhia e o seu poder político e educador, conforme as exigências da Igreja (Azevedo, 1964). Nesse sentido, também era grande a preocupação em disciplinar e combater os vícios dos homens nestas terras, fato que justificaria a prática da vigilância constante que os colégios⁹ facilmente poderiam impor, por meio de regras rigorosas de conduta, conteúdos e práticas. Com uma pedagogia que procurava coibir os impulsos e interesses naturais do educando, toda ação educativa tinha como fim uma rígida orientação para as virtudes morais e cristãs, incluindo a obediência à ordem estabelecida.

Enunciando essa capacidade e homogeneidade ao propósito colonizador português, Fernando de Azevedo destaca a força do domínio jesuítico, entre as outras ordens que se estabeleceram na Colônia.

[...] quando ‘a alma portuguesa, heroica e moça, encurralada na Europa entre os muros de Castela e os muros do mar, queria dilatar-se na espécie e no gênio’, foi nos jesuítas que encontrou, para apoiá-la, no seu esforço colonizador e refreá-la, nos seus ímpetus aventureiros, um dos maiores e mais poderosos instrumentos de domínio espiritual e uma das vias mais seguras de penetração da cultura européia nas culturas dos povos conquistados, mas rebeldes, das terras descobertas (Azevedo, 1964, p. 503, grifo do autor).

O empreendimento português, como destacou, utilizou do ‘poderoso’ apoio dos intelectuais da Companhia como instrumento de penetração dos referenciais da cultura e moral da metrópole. A presença no meio dos índios é marcante, entre os

quais se multiplicavam os parâmetros de nova ordem espiritual, mas também política e econômica. A adesão se podia verificar nas atividades dos padres.

Eu prégo ao Governador e á gente da terra. Espero em Nosso Senhor fazer-se fructo, posto que a gente da terra vive em peccado mortal, e não ha nenhum que deixe de ter muitas negras das quaes estão cheios de filhos e é grande mal. Nenhum deles se vem confessar; ainda queira Nosso Senhor que o façam depois. O Irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e tambem tem eschola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os Indios desta terra, os quaes têm grande desejos de aprender e, perguntados si querem, mostram grandes desejos.

Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na Fé até serem hábeis para o baptismo. Todos estes que tratam connosco dizem que querem ser como nós, sinão que não têm com que se cubram como nós, e este só inconveniente têm. Si ouvem tanger á missa, já acodem e quanto os vêm fazer, tudo fazem, assentam-se de gíolhos, batem nos peitos, levantam as mãos ao Ceu e já um dos Principaes deles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado e em dous dias soube o A, B, C todo, e o ensinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos (Nobrega, 1931, p. 72).

Como uma função conectiva, o padre informava aos superiores os passos da missão, seu avanço em relação à adesão dos índios à fé cristã, ao abandono de costumes e à adoção de novas práticas. Diante da extensão do território e do número daqueles que eram o alvo do ensino a ser ministrado, passou-se a propor o ingresso de padres nas aldeias onde a atividade seria facilitada (Nobrega, 1931). O eclesiástico, como intelectual administrador, deixava transparecer a preocupação de colocar em prática um plano de criar unidades escolares que se apresentava estratégico, em vista do desenvolvimento econômico e do processo de urbanização da colônia. Tudo isso, tendo em conta a melhor posição dos colégios no momento em que a cidade crescesse; ‘um bom lugar’ que, em pouco tempo, iria ficar no “[...] meio, ou pouco menos da gente” (Nobrega, 1931, p. 83).

Como expressão de sua função e importância de suas tarefas, para além do ensino das letras, toma-se como exemplo o surgimento da cidade de São Paulo, a partir de aldeamentos realizados em torno das edificações jesuíticas, como apontou Schmitz (1994, p. 43): “Ainda hoje existe esse colégio, no Pátio do Colégio, tendo sido tombado como monumento histórico, como atestado da proficuidade do trabalho educacional dos jesuítas”.

A ação educativa dos jesuítas nas colônias portuguesas, com sua base teórica e método, tinha sido esboçada um ano antes de sua chegada, vindo a

⁹ Para um esclarecimento sobre a ação pedagógica dos jesuítas tanto nas escolas de ler e escrever quanto nos colégios e seminários, ver a obra já clássica de Luiz Antonio Cunha (2007): *A universidade temporária: o ensino superior da colônia à era Vargas*.

ser o que ficou conhecido por *Ratio Studiorum*. As ações da Companhia, na segunda metade do século XVI, compreendiam o processo de elaboração definitiva que, conforme Mesquida (2013), dava a forma final ao documento (1599) que orientou a sua ação até à expulsão da Ordem do Reino Português, em 1759 (Decreto régio de Dom José I, de setembro de 1759).

Os fundamentos de sua proposta de educação encontravam-se na filosofia aristotélica, que orientava a prática pedagógica dos missionários.

As seis categorias filosóficas básicas de Aristóteles – ato e potência, causa material, causa formal, causa eficiente e causa final – fundamentaram a prática pedagógica consubstanciada no *Ratio*. Assim, a concepção do ensino/aprendizagem alicerçada na metafísica tomista-aristotélica gera um monólogo pedagógico – professor (causa eficiente) para os alunos (causa material) – cabendo ao aluno apreender o conhecimento transmitido e, eventualmente, dar resposta às questões colocadas pela autoridade pedagógica. A resposta final, contudo, é prerrogativa do mestre, adulto acabado, potência atualizada. Ele é o escultor que possui a ideia da obra. O aluno (aquele que é destituído de luz) é a pedra que, sob a ação do mestre-escultor, tomará a forma que a causa eficiente lhe der (Mesquida, 2013, p. 241).

O processo pedagógico como um todo era de responsabilidade do professor, seu principal agente. Em seus colégios e nos aldeamentos, prestavam decisiva contribuição para o processo colonizador ao atingir um importante objetivo: a conversão à fé católica. O aprendizado da leitura era apenas o que fosse necessário para a participação nos ritos e o que fosse básico para a atividade produtiva, inclusive, para as atividades econômicas de interesse estrito da própria companhia (Nobrega, 1931).

Nesse sentido, se, de um lado, há o propósito religioso, seu papel disciplinar conservador teve fundamental importância política na Colônia, razão pela qual caberia fortalecer e ampliar a unidade dos intelectuais jesuítas com a massa dos fiéis.

Como portador da verdade, exercia inquestionável tarefa educativa, convencendo os índios a renunciarem às suas práticas tradicionais e ao seu modo de viver. Se levada a termos práticos, a submissão aos valores da cultura europeia resultou na adesão passiva às ordens do colonizador para quem deveria prestar serviços, mesmo como escravo. Assim, ao avançarem em seus objetivos missionários, ao mesmo tempo, contribuíram organicamente para a solidificação social e econômica como um todo, na consolidação da

ordem estabelecida. A submissão dos povos originários à fé facilitou a ação e os interesses políticos e econômicos da Coroa, assim como a ação da Coroa facilitou à Companhia atingir os seus objetivos.

A catequese e a formação indígena, assim como a de quadros, entre os filhos dos colonos, atenderam relativamente os interesses de formação dos setores fundamentais da hegemonia colonial. Nos colégios, os filhos dos colonos compunham os setores dominantes da sociedade colonial, formavam-se os intelectuais que ocupariam funções como quadros especializados da Companhia e, também, na administração em favor dos próprios interesses da Coroa, assim como da manutenção da cultura portuguesa. Para Mesquida (2013, p. 246), “[...] não somente manter a cultura, como conservar o indivíduo no quadro dos padrões da sociedade metropolitana”.

Considerações finais

Tendo em vista a definição de intelectuais por sua função, segundo Gramsci e com base nas reflexões em torno da práxis pedagógica do jesuíta como intelectual no contexto da colonização brasileira, pode-se concluir que a participação dos missionários jesuítas, pela catequização e pela escolarização, concorreu de modo fundamental para as pretensões econômicas, políticas e culturais da Coroa portuguesa para a sociedade brasileira. Como intelectuais educadores, os jesuítas foram importantes aliados na formação dos setores fundamentais da hegemonia colonial, correspondendo às necessidades políticas, administrativas e econômicas da Coroa portuguesa. Os jesuítas foram os responsáveis pela formação da elite letrada no período em que permaneceram em terras brasileiras que, por sua vez, ajudou a construir e manter o consenso hegemônico dos administradores. A sua influência se faz sentir muito além do período em que estiveram estabelecidos e, mesmo em graus menores, ainda é possível identificar a sua presença na cultura escolar brasileira.

Em síntese, a ação jesuítica, sobretudo nos aldeamentos, apoiou e foi decisiva para o projeto colonizador português, ao ser um importante agente da construção da sua hegemonia. Os jesuítas, como intelectuais, à medida que exerceram suas atividades educativas fundamentais para os interesses da Companhia, foram decisivos para consolidar os empreendimentos políticos e econômicos da Coroa portuguesa, que constituiu o novo ‘bloco histórico’.

Referências

- Azevedo, F. de (1964). *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil* (4a ed.). São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Baêta-Neves, L. F. (1978). *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Cardoso, F. H., & Faletto, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Cunha, L. A. (2007). *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. São Paulo, SP: Unesp.
- Furtado, C. (2002). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, SP: Cia Editora Nacional.
- Gramsci, A. (1975). *Quaderni del carcere*. Torino, IT: Einaudi.
- Gramsci, A. (2004a). *Escritos políticos. 1921-1926* (Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2004b). *Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. (3a ed., Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Jesus, A. T. de (1989). *Educação e hegemonia no pensamento de Gramsci*. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Unicamp.
- Lacouture, J. (1994). *Os jesuítas* (Vol. I- II). Porto Alegre, RS: L&PM.
- Macciocchi, M. (1976). *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Manacorda, M. A. (1990). *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Mesquida, P. (2013). Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. *Educar em Revista*, 48, 235-249.
- Nobrega, M. (1931). *Cartas do Brasil* (1549-1560). Rio de Janeiro, RJ: Officina Industrial Graphica.
- Paiva, J. M. (2000a). Educação jesuítica no Brasil. In E. M. T. Lopes, L. M. Faria Filho, C. G. Veiga (Org.), *500 Anos de Educação no Brasil* (Vol. 1, p. 43-59). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Paiva, J. M. (2000b). Transmitindo cultura: a catequização dos índios do Brasil, 1549-1600. *Revista Diálogo Educacional*, 1(2), 1-22.
- Rodrigues, F. (1931). *História da Companhia de Jesus na resistência de Portugal* (Vol. I-II). Porto, PT: Apostolado da Imprensa.
- Santos, T. (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Schmitz, E. F. (1994). *Os jesuítas e a educação: a filosofia educacional da Companhia de Jesus*. São Leopoldo, RS: Unisinos.

Received on January 27, 2016.

Accepted on April 15, 2016.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.